

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 59.185 - RJ (2018/0285178-1)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : ANA MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO
ADVOGADO : BRUNO FILIPE DE OLIVEIRA RIBEIRO - RJ187086
RECORRIDO : FINANCEIRA ALFA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
ADVOGADOS : FABIO ANDRE FADIGA - SP139961
BERNARDO BUOSI - SP227541
FELIPE VOUGUINHA DOS SANTOS E OUTRO(S) - RJ183566
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : MARIA DIONÍSIA FREIRE GONÇALVES DE ALMEIDA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por ANA MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 72):

MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO JUDICIAL DE RELATORA DE AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE DETERMINA O RECOLHIMENTO DE CUSTAS. GRATUIDADE DE JUSTIÇA ANTERIORMENTE INDEFERIDA E QUE JÁ FOI OBJETO DE APRECIÇÃO PELO COLEGIADO DO ÓRGÃO ESPECIAL, EM MANDADO DE SEGURANÇA ANTERIOR (0020765-94.2017.8.19.0000). PRECLUSÃO. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE EVENTUAL MODIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DA IMPETRANTE. COMPORTAMENTO DA IMPETRANTE QUE CONFIGURA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ (ART. 80, CPC/2015) APESAR DE O ÓRGÃO ESPECIAL JÁ TER SE POSICIONADO PELO INDEFERIMENTO DA GRATUIDADE, ELA INSISTE EM FAZER PEDIDOS JUNTO À RELATORA DO AGRAVO DE INSTRUMENTO SEM O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS E, DIANTE DE CADA INDEFERIMENTO, IMPETRAR UM NOVO MANDADO DE SEGURANÇA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. APLICAÇÃO DE MULTA DE DOIS POR CENTO SOBRE O VALOR CORRIGIDO DA CAUSA, A TÍTULO DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados às fls. 120/124.

A recorrente argumenta a manifesta teratologia, ilegalidade e abuso de poder do ato coator que ensejou a ação mandamental, que deixou de dar seguimento a agravo interno por ausência de preparo quando o recurso almejava a concessão do benefício da gratuidade judiciária. Argumenta que é o caso de superação da Súmula 267/STF para garantir o seu direito de acesso à Justiça.

Aduz que nos embargos de declaração não foram sanados os vícios apontados, sem análise de diversos argumentos cruciais, carecendo o acórdão, que é genérico, da devida fundamentação.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela negativa de provimento do recurso (fls. 1.302/1.307).

Assim posta a questão, verifico que o acórdão recorrido não merece reforma.

Preliminarmente, no tocante às alegações de ofensa aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, verifico que não merecem prosperar.

Isso porque, consoante entendimento consolidado desta Corte, a recorrente não possui o direito de ter todos os argumentos alegados rebatidos, cabendo ao tribunal analisar e debater as questões principais para o deslinde da controvérsia.

Com efeito, não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pela impetrante.

Desse modo, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos dos acórdãos cujas ementas transcrevo abaixo:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS MORAIS. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.
2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).

3. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(Quarta Turma, AgRg no Ag 829.006/RJ, minha relatoria, DJe de 28.9.2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(Terceira Turma, AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe de 1º.3.2016)

No mérito, conforme se verifica dos autos, foi indeferido o pedido de justiça gratuita formulado pela recorrente, pois há elementos indicativos de que auferia boa renda mensal, de modo a não necessitar do benefício.

Anoto que "o STJ tem reiteradamente decidido no sentido de que a afirmação de pobreza, para fins de obtenção da gratuidade da Justiça, goza de presunção relativa de veracidade, podendo o magistrado, de ofício, indeferir ou revogar o benefício, havendo fundadas razões acerca da condição econômico-financeira da parte de fazer frente às custas e/ou despesas processuais, pois "é dever do magistrado, na direção do processo, prevenir o abuso de direito e garantir às partes igualdade de tratamento" (AgInt no REsp 1.630.945/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 2.2.2017).

No caso em exame, em ambas as instâncias ordinárias, em vistas dos já

citados elementos indicativos, o benefício foi indeferido após ser oportunizado à impetrante a comprovação de sua situação financeira pelos respectivos julgadores, se omitindo reiteradamente em fornecer os documentos requisitados.

Tem-se que o mandado de segurança substitutivo contra ato judicial vem sendo admitido com o fim de emprestar efeito suspensivo quando o recurso cabível não o comporta, mas tão somente nos casos em que a decisão atacada seja manifestamente ilegal ou eivada de teratologia, o que não se verifica na hipótese.

Assim, hígido permanece o disposto no enunciado 267 da Súmula do STF, a teor do disposto no art. 5º, inciso II, da Lei 12.016/2009, vedando-se, em hipóteses como a presente, a utilização do mandado de segurança como sucedâneo de recurso. Nesse sentido, em casos específicos:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. INADMISSIBILIDADE DA IMPETRAÇÃO CONTRA ATO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO. SÚMULA Nº 267 DO STF. PERDA DE OBJETO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. *Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.* Súmula nº 267 do STF. Hipótese em que o objeto da impetração foi posteriormente integrado em embargos de declaração, ensejando perda de objeto.

2. Não se pronuncia nulidade sem prejuízo.

3. Não verificação de direito líquido e certo ao benefício da justiça gratuita.

4. Embargos de declaração são apresentados em mesa, o que dispensa prévia intimação sobre a data do julgamento.

5. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido.

(Terceira Turma, RMS 34.570/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, unânime, DJe de 27.8.2015)

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE. ATO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO. INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA. SÚMULA N. 267-STF.

I. "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição" (Súmula n. 267-STF).

II. Pode o juiz indeferir pedido de assistência gratuita quando concluiu que existem elementos nos autos incompatíveis com o

estado de miserabilidade declarado pela parte.

Recurso ordinário desprovido.

(Quinta Turma, RMS 24.153/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, unânime, DJe de 28.10.2008)

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIROS. DESPACHO INDEFERITÓRIO DO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA. ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. LEGALIDADE DO ATO JUDICIAL IMPUGNADO.

I - Os tribunais têm assentado jurisprudência pacífica, no sentido de que a decisão indeferitória de assistência judiciária gratuita é de natureza interlocutória, cabendo ser atacada via agravo de instrumento.

II - In casu, indeferido o benefício da assistência judiciária gratuita, em ação de embargos de terceiro, cumpria à parte interessada agravar da decisão, ou fazer o depósito inicial; não o fazendo, contudo, enseja o cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 267 do CPC, não havendo como identificar qualquer vício, ilegalidade ou abuso de poder no despacho que determina o arquivamento dos autos.

III - Recurso improvido, sem discrepância.

(Primeira Turma, RMS 6.034/PR, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, unânime, DJU de 16.9.1996)

Em face do exposto, nego provimento ao recurso ordinário.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora